

Divida Externa

Em busca do tempo perdido

OSCAR ROBERTO JÚNIOR

Falei recentemente por telefone com Fumihito Tanaka, um amigo japonês que mora em Osaka. Perdi pouco tempo para completar a ligação e pude ouvi-lo como se estivesse ao meu lado. Esse é um dos fatos que mostra como o mundo é pequeno hoje em dia.



Parte desse encurtamento de distâncias deve-se ao avanço tecnológico e outra parte ao liberalismo econômico, importante item nesse contexto. Afinal, viajamos com aviões americanos, usamos computadores japoneses, dirigimos carros de tecnologia européia e assim por diante.

Atualmente, várias nações buscam recuperar o tempo perdido com anos de intervenção estatal nas suas economias. A xenofobia está fora de moda até na Albânia. O lema é menos Estado e globalização em prol de uma vida mais digna para todos.

Nesse novo cenário vê-se claramente que, para crescer, um país precisa poder competir internacionalmente com seus produtos e/ou serviços, como também evitar qualquer tipo de reserva de mercado, trocar experiências e, quando necessário, ter as portas abertas para poder captar poupança externa; gerando novas incorporações ao aparelhamento produtivo da economia de bens destinados a aumentar sua capacidade global de produção.

Como estamos cansados de saber, o Brasil não é um país poupador, logo: expressiva parte de seus investimentos teve sua origem nos empréstimos que nos foram feitos por instituições do Primeiro Mundo, principalmente na segunda metade da década de 70 quando houve a fase de forte expansão do crédito internacional. O ciclo foi interrompido com a moratória do México, em 1982.

De lá para cá, o relacionamento entre os negociadores brasileiros e os credores internacionais, públicos e privados, tem-se deteriorado em

virtude de uma atitude excessivamente tupiniquim dos caciques de Brasília.

Faz oito anos que estamos em estado de moratória, e desde junho de 1989 a assumimos oficialmente, passando, assim, a frequentar o SPC dos quatro cantos deste planeta.

No governo Collor surgiu o momento ideal para negociarmos com seriedade, porém o que fizemos em primeiro lugar foi propor pagamento por meio de bônus com taxa fixa de 3% a cada 12 meses (em um mercado de taxas flutuantes), em 45 anos! Vale lembrá-los que recentemente tivemos como moeda o cruzeiro, o cruzado, o cruzado novo e, agora, o cruzeiro de novo.

Como a "brilhante" idéia não fora aceita porque ninguém sabe dizer como o nosso país estará daqui a um ano, surgimos com a boa vontade de pagarmos US\$ 600 milhões que se transformou em US\$ 2 bilhões depois das pressões do comitê credor de Nova York.

Conclusão: perdemos US\$ 2,5 bilhões do Japão, deixamos de viabilizar mais US\$ 1,2 bilhão do FMI, US\$ 350 milhões do BID e vimos o dinheiro ficar mais caro para nós, porque o risco "Brazil" preocupa. Nesse meio tempo o **Financial Times** nos presenteou com um artigo intitulado: "O Brasil mostra isolamento que perturba."

Se tivéssemos feito pagamentos, mesmo simbólicos, e tivéssemos sentado à mesa apresentando algo lógico na busca de um ponto de equilíbrio sem, para isso, prestar qualquer tipo de vassalagem, hoje não estaríamos tão desintegrados da comunidade financeira internacional. Ademais, teríamos força de negociação para a rodada que está para acontecer, quando conversaremos sobre outros US\$ 52 bilhões.

O "devo, não nego. Pago quando puder" acarretará uma queda ainda maior do nível de investimentos, colocando mais lenha na fogueira do caos brasileiro.

Disse certa vez Oswald de Andrade: "Tupi or not tupi", vale para reflexão.

□ *Oscar Roberto Júnior, economista, é professor de economia internacional da Universidade Mackenzie.*

ESTADO DE SÃO PAULO 03 SET 1991